



História Unicap
ISSN 2359-2370

A trajetória histórica dos espaços de cultivo urbano na Alemanha: Interações e embates entre a urbanização e a natureza (do séc. XIX ao XX)

The historic path of urban cultivation spaces in Germany: Interactions and fighting between urbanization and nature (from the 19th to the 20th century)

Angela Bernadete Lima*

angela_ufsc@hotmail.com

Resumo:

A trajetória dos espaços de cultivo urbano faz parte da história da Alemanha. No cenário europeu, o movimento de hortas urbanas teve seu ímpeto no século XIX, quando os trabalhadores rurais se aglomeraram nas cidades industriais, e sua existência foi, durante muito tempo, um repositório de ideias sobre reforma social, melhoria higiênica e mobilidade de classe. Os locais que passaram a ser ocupados por associações e por moradores urbanos que viviam em situação precária de moradias ficaram conhecidos como *Kleingärten* (pequenas hortas) e surgem como resposta à urbanização e ao afastamento do contato com a natureza e aparecem em escritos e discursos sanitaristas e de naturopatia presentes naquele contexto. Tais práticas de agricultura passam a fazer parte do cotidiano em diversas cidades alemãs, especialmente no século XX, adquirindo outras variações e nomenclaturas. Assim, os *Kleingärten* nos auxiliam na compreensão das transformações operadas no espaço urbano alemão, onde a continuidade de práticas de agricultura é fator socioambiental que adquire distintos significados ao longo do tempo. Logo, perceber como as interações entre a natureza e a urbanização se operam em contextos como a industrialização e os conflitos bélicos, chegando até os dias atuais – quando se acirram os debates sobre ecologia, preservação ambiental e sustentabilidade – permite-nos olhar as cidades sob o viés ambiental, assim como chamar a atenção para o lugar da natureza nas cidades, sendo esse um tema de intenso debate e pesquisa em história ambiental e urbana.

Palavras-chave:

espaços de cultivo urbano; *Kleingärten*; história ambiental.

Abstract:

*The trajectory of urban farming spaces is part of German history. On the European scene, the urban garden movement had its impetus in the nineteenth century, when rural workers crowded into industrial cities, and their existence was for a long time a repository of ideas about social reform, hygienic improvement and class mobility. The places that were occupied by associations and urban dwellers who lived in precarious housing situations became known as *Kleingärten* (small gardens) and arise as a response to urbanization and the removal of contact with nature and appear in sanitary writings and speeches and of naturopathy present in that context. Such farming practices become part of everyday life in several German cities, especially in the twentieth century, acquiring other variations and nomenclatures. Thus, the *Kleingärten* help us to understand the transformations operated in the German urban space, where the continuity of agricultural practices is a social and environmental factor that acquires different meanings over time. Thus, understanding how the interactions between nature and urbanization operate in contexts such as industrialization and war conflicts, reaching the present day - when the debates about ecology, environmental preservation and sustainability are heated - allow us to look at cities under the environmental bias, as well as draw attention to the place of nature in cities, which is a subject of intense debate and research in environmental and urban history.*

Keywords:

*urban farming spaces; *Kleingärten*; environmental history.*

“Até o século XIX, persiste uma certa atividade rural nas cidades, e ela é sempre suscetível de ser retomada em caso de necessidade.”

Jacques Le Goff, (1988)

A partir dessa frase de destaque do historiador francês Jacques Le Goff, é possível refletir acerca do contexto atual de ocupação das cidades com práticas de agricultura. Conforme nos informa a *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura* (FAO), em todo mundo, cerca de 800 milhões de pessoas cultivam verduras e frutas ou criam animais nas cidades, produzindo o que, segundo o *Worldwatch Institute*, representa a assombrosa proporção de 15% a 20% da produção mundial de alimentos. Isso ocorre em lugares do mundo onde a agricultura urbana ou periurbana representa de 50% a 70% do consumo de verduras da cidade (FAO, 2017). Nesse movimento, estão as hortas urbanas e comunitárias que ganham cada vez mais espaço, respondendo a diferentes anseios, e não somente às necessidades ocasionadas por situação de escassez.

Nos últimos anos, temos observado o crescente interesse pela agricultura urbana. Tal ocorrência resulta de vários fatores, destacando-se: a incapacidade das políticas de desenvolvimento em erradicar a pobreza, a desnutrição e a violência nas regiões urbanas¹; a incapacidade da comunidade internacional de impedir as guerras e as crises sistemáticas que perturbam os sistemas de produção alimentar e os circuitos de abastecimento das cidades; o processo de urbanização mundial rápido; o desenvolvimento da agricultura urbana em diversas regiões do mundo; a emergência de um novo paradigma do desenvolvimento com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Nilsen (2014, p. 20), é provável que as pequenas parcelas de terras não anexadas a uma residência existissem desde os tempos pré-históricos. Uma significativa parte das histórias de lotes de cultivo em espaços de aglomeração humana tem antecedentes medievais. Se pensarmos o contexto medieval, os pequenos jardins e as hortas são visíveis nas periferias das cidades, embora, nesses casos, estivessem relacionados a atividades de passeio e lazer ou uma forma de jardinagem comercial. Assim, os espaços de cultivo que mais se aproximam de nossa compreensão de parcelas de agricultura começam a ser documentados no século XVII.

De fato, no contexto do século XIX, em diversos escritos e teorias, o contato com a terra e a provisão delas para cultivo de alimentos foram privilegiados e entendidos não só como forma de controle social, mas também de estabilidades, de soberania, de segurança alimentar e até mesmo de independência, ao proporcionar maior autonomia. O socialismo utópico, atrelado aos discursos de antiurbanismo e de maior incentivo as práticas de agricultura, já trazia essas ideias ao formar o ideário de sociedade. Surgem como resposta aos problemas detectados nas cidades industriais, buscando apontar alternativas ao modo de vida capitalista excludente. Algumas cidades vinham crescendo de modo acelerado e mostrando-se incapazes de promover boas condições de moradia e trabalho a todos que se deslocavam para seus espaços. Dentre os países que estavam vivendo esse contexto, destacam-se, na historiografia, sobretudo Inglaterra,

¹ Na média mundial, a população urbana que estava em torno de 9 a 11%, entre 1300 e 1800 passou a 26% em 1900; a 38% em 1980, e próximo de 50% no ano 2000 e estimasse que irá ultrapassar 60% em 2025.

França e Alemanha. Nesse conjunto, a Alemanha entrava tardiamente na corrida industrial, mas passou a ser destaque em pouco tempo, especialmente por conta das tecnologias que vinha desenvolvendo.

No cenário europeu, o chamado movimento de hortas urbanas teve seu ímpeto no século XIX, quando os trabalhadores rurais se dirigem para as cidades industriais, onde passam a viver em condições bastante precárias em decorrência do alto custo de vida, e sua existência foi, durante muito, tempo um repositório de ideias sobre reforma social, melhoria higiênica e mobilidade de classe. Como resultado, complementando os esforços das cooperativas de trabalhadores, sindicatos e legislação social, a provisão de pequenas parcelas de terras para cultivo ofereceu algum alívio. Portanto, paradoxalmente, para que a vida nos subúrbios da classe trabalhadora fosse tolerável, tornou-se necessária a incorporação de um reduto de vida no campo: a possibilidade de cultivar alimentos para o autoconsumo. A partir desse momento, os espaços de cultivo agrícola aparecerão recorrentemente como ferramentas fundamentais de estratégias de subsistência em tempos de crise ao longo da história das cidades.

Ao lado disso, a constituição da história ambiental também se inscreve em um contexto histórico marcado pela expansão do capitalismo global, em que as cidades de todo planeta se converteram em espaços privilegiados para a produção e reprodução do capital, gerando fortes impactos ambientais. Esse cenário dialoga sobremaneira com o contexto histórico que serve como pano de fundo deste artigo, ou seja, o capitalismo da revolução industrial e o capitalismo pós-guerra. Quenet destaca não só a preocupação pela construção histórica do ambiente urbano, os efeitos negativos da industrialização e o consumo massivo, mas também os esforços de conservação e recuperação ambiental nas cidades pré-industriais e industriais, assim como os intercâmbios e o metabolismo social entre a cidade, territórios e ecossistemas que a constituem figuram como temas centrais da história ambiental urbana (QUENET, 2014, p. 12).

Assim, objetivamos aqui trazer um recorte acerca da constituição de espaços de cultivo urbano nas cidades alemãs e sua expansão ao longo do tempo. Esses espaços possuem diversos significados em sua trajetória, destacando-se como lugares de resistência e de manutenção de práticas rurais nas cidades, conferindo ao mesmo tempo a continuidade de natureza mesmo em meio à intensificação urbana.² Com isso, uma análise sob a perspectiva de reestabelecimento do urbano-rural, a partir do “reecologizar” o urbano, é um dos pontos de leitura que acreditamos ser possível realizar ao estudar as diferentes formas de agricultura urbana que se formaram ao longo do tempo no território alemão. Acerca disso, o historiador espanhol Antonio Ortega Santos nos fornece caminhos. Ao estudar os mecanismos adotados pela sociedade cubana para sobreviver ao bloqueio que se fortaleceu após a queda da União Soviética, Ortega concluiu que é possível e necessário restabelecer esse metabolismo urbano a partir da ecologia. Seus estudos destacam a difusão de políticas de agricultura urbana como as hortas comunitárias, parcelas de cultivo urbano, que fornecem alimento, emprego e mudanças nas atitudes cidadãos por meio das práticas agrícolas, a esse conjunto denominado como “estratégias de resistência socioambiental” (ORTEGA SANTOS, 2009).

A historicidade do meio ambiente urbano revela que a cidade assume características e funções distintas em cada época, conforme a divisão social do trabalho e a configuração do poder político. E tal cidade, produto do trabalho nas

² Este artigo analisa parte das discussões levantadas em nossa tese de doutorado intitulada: *Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)*, defendida no PPGH-UFSC em 2019.

esferas social e técnica, constitui-se como "trabalho materializado" decorrente de um determinado processo produtivo das/nas sociedades. Ela consiste na materialização do trabalho social e instrumento de mais-valia, no seio da qual se instituem diversos tipos de relações sociais. No sistema capitalista, a forma com que se dá a apropriação do espaço é determinada pelas trocas estabelecidas no mercado e via propriedade privada dos meios de produção. Assim, o espaço produzido irá refletir as contradições de uma sociedade de classes:

O desenvolvimento histórico produz um espaço a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social (CARLOS, 1999, p. 29).

O século XX foi considerado o "século da urbanização", momento no qual a maior parte da população do globo passou a viver em centros urbanos. Tal fato representa uma ruptura com uma história humana em que a maioria das pessoas desempenhavam atividades agrícolas. Então, passa a ser justificado o interesse de vários campos do conhecimento em estudar a cidade, agora considerada uma forma específica de organização social (BARROS, 2007, p. 7-8). Considera-se que a atual questão urbana se confunde mesmo com a ambiental, na medida em que cerca da metade da população do globo terrestre vive em cidades. Na Alemanha, essa estatística se confirma, já que metade de sua população vive em regiões urbanas (STATISTA, 2017).

A complexidade do fenômeno urbano passou, portanto, a ser objeto de reflexões por parte de historiadores e cientistas sociais, que, ao longo do século XX, produziram estudos e abordagens sobre as cidades. Sabemos que as primeiras reflexões modernas sobre a cidade se iniciaram no século XIX, quando surgem os primeiros estudos sobre a cidade enquanto forma mais específica de organização social na historiografia e na sociologia. A partir disso, historiadores e outros pensadores tentam compreender a especificidade do "viver urbano". O século XIX, assim, passa a ser amplamente conhecido pelo fenômeno da industrialização, das lutas sociais no mundo urbano e das utopias sociais. Nesse debate, Henri Lefebvre defende que as cidades, embora não tenham nascido da industrialização, contribuíram para o desenvolvimento industrial e o acúmulo de capitais. Na cidade, os atributos econômicos estão acima de todos os outros, o que evidencia o surgimento da cidade capitalista. Acentua-se a divisão do trabalho e criam-se novas necessidades de consumo, o que está de acordo com a generalização no estabelecimento do valor de troca (LEFEBVRE, 1999).

Desse modo, o ambiente urbano será o lugar onde a natureza está inserida na lógica de consumo. A natureza, consistindo naquilo que não é produzido pela humanidade, um valor de uso, transforma-se em valor de troca a ser explorado no sistema capitalista. O trabalho, a indústria e a técnica constituem-se mediações entre humanos e a natureza. Assim, cria-se um mundo humano e uma natureza com face humana, que se subordina e se integra ao mundo desses.

Um outro ponto de leitura pode ser empreendido considerando a questão de busca do direito à cidade, conforme Harvey, tendo as classes diversas que compõem a sociedade se empenhado na construção de uma vida urbana mais

democrática e plural. Harvey entende que o direito à cidade vai além da abstração, sendo possível através de ações e movimentos individuais e coletivos (HARVEY, 2014, p. 63). Nesse sentido o surgimento do chamado *Schreberbewegung* (Movimento Schreber), no qual se observa a inserção de práticas de agricultura nas cidades cada vez mais urbanizadas, insere-se nas reivindicações de outros usos dos espaços, buscando fugir da lógica excludente em que as cidades mercantilizadas relegam os sujeitos. Isso nos possibilita pensar em outras formas de ocupação das cidades.

Refletindo sobre o pensamento social dos séculos XIX e XX, Raymond Williams destaca que, mesmo com a acentuação da industrialização, aquelas pessoas que viviam nas cidades ainda eram em muito permeadas por ideias e experiências oriundas do campo. Williams analisa sobretudo o papel da literatura circulante nas cidades inglesas, que destacavam as atividades de agricultura e a vivência junto à natureza (WILLIAMS, 2011). Chama a atenção a análise do autor para o fato de que ambos os espaços, campo e cidade, passavam por transformações resultantes do capitalismo, que alterou a agricultura no campo, o que levou muitos homens e mulheres a buscarem sua sobrevivência nas cidades.

Além disso, as cidades passaram a ocupar uma posição central nos debates sobre o meio ambiente. Para Jorge, temos por um lado a superação da crise ambiental contemporânea que passa pelas cidades, que, ao processarem quantidades enormes de trabalho, recursos naturais e energia e gerarem todo tipo de resíduos, causam forte impacto nos sistemas naturais que suportam a vida do planeta, o que atinge os seres humanos nas cidades e fora delas. Jorge complementa ainda que, por outro lado, a crescente urbanização da população mundial faz com que a reflexão acerca das condições ambientais das próprias cidades ganhe ainda mais urgência e complexidade (JORGE, 2015, p. 15).

O esforço em colocar as discussões sobre cidades sob a ótica da natureza e das preocupações ambientais, não apenas em termos de que as cidades impactam o meio ambiente, mas entendendo-as como um ecossistema, tem adquirido espaço nos últimos anos. Os estilos de vida das civilizações contemporânea, planetária e globalizada trouxeram problemas socioambientais com todo tipo de destruição dos recursos naturais, culturais e do meio ambiente e desigualdades socioeconômicas, associadas ao modelo econômico e ao consumismo. A partir da Revolução Industrial, há mais de 250 anos, aglomerações urbanas, da pequena à média e megacidade, com alta ou baixa densidade humana, propiciam expansão urbana, impermeabilizam, degradam terras e a biosfera, acumulam resíduo, apresentam todo tipo de poluição e, mais recentemente, o efeito estufa altera o clima global.

Destaca-se que as cidades e a prática agrícola sempre estiveram intrinsecamente conectadas. Benevolo destaca que, no período neolítico (3.500-3.000 a. C.), a humanidade já havia transformado o espaço que o cercava, o ambiente natural, em local de produção, com o cultivo da terra para o seu alimento, de moradia, de culto e de criação de animais, enfim, no atualmente denominado ambiente construído (BENEVOLO, 2011, p. 32). A agricultura, prática do cultivo de alimentos, foi a principal atividade dos primeiros núcleos urbanos, que se desenvolveram e tomaram a forma de cidade a partir do momento em que outras atividades, como a construção de moradias, locais de culto, pequenas cercas, além de serviços diversos, passaram a ser realizadas por aqueles que não praticavam a agricultura. Os primeiros, produtores, mantinham o segundo grupo, realizadores de outras atividades, com o excedente da produção agrícola (BENEVOLO, 2011, p. 33). Vejamos como se deram algumas dessas

interações no território alemão, que adquire muito destaque quanto o assunto é espaços de cultivos urbanos, tendo sua trajetória fortemente marcada por diferentes configurações desses que são hoje entendidos como destacada característica de suas cidades.

Início dos espaços de cultivo na Alemanha e os debates acerca da saúde cidadina no século XIX

Em consonância com o processo de industrialização e a urbanização daí resultantes, na Alemanha, também as práticas de cultivos urbanos passam a fazer parte das cidades. Com a crescente organização das comunidades nas cidades alemãs, os espaços que, posteriormente, ficaram conhecidos como *Kleingärten* (pequenas hortas) passam a configurar-se como um elemento importante da cultura, com inestimáveis valores urbanísticos, sociais e ecológicos. Como observou Gert Gröning, com a amplitude do movimento *Kleingärten*, a Alemanha prova, há 200 anos, que as práticas agrícolas assim organizadas poderiam ser uma poderosa faceta política e social dentro da cultura urbana. O sucesso e continuidade dos *Kleingärten* estão diretamente relacionados com sua forma de organização. Nesse sentido, são as *Kleingärtenvereine* (Associações de Hortas de Loteamentos), as responsáveis pela manutenção das atividades agrícolas nas cidades onde existem essas áreas disponíveis para cultivo. Além disso, cada *Kleingartenverein* possui a incumbência de garantir que a legislação nacional seja cumprida e, como ocorre em muitas delas, adaptar essas conforme as necessidades e características de sua localidade (GRÖNING, 2006, p. 144).

A ideia, que tomou impulso a partir da ideia do ortopedista Moritz Schreber para incentivar vida ao ar livre, acabou sendo fonte de subsistência nas guerras. Hoje, os *Kleingärten*, ou como ficaram conhecidos inicialmente; *Schrebergärten* (Hortas de Schreber), possuem diversas funções, sendo uma importante área verde no espaço urbano e ainda um local de lazer e cultivo de plantas. Logo, os pequenos lotes arrendados para horticultura transformaram-se em um verdadeiro fenômeno, que logo foram sendo observados em muitas cidades, recebendo outras denominações, mas sempre com o mesmo princípio, oferecer um espaço para cultivo de alimentos em meio às cidades.

A história dos *Kleingärten* (ou *Schrebergärten*) também insere as práticas de agricultura urbana como componente na história dos conflitos bélicos (Primeira e Segunda Guerra Mundial) na Alemanha, uma vez que garantiram a sobrevivência naquele contexto, quando os produtos agrícolas eram extremamente escassos. Tal contexto nos fornece ainda outros subsídios para a pesquisa, especialmente pela legislação e decretos extraordinários que foram estabelecidos pelos governos. Como exemplo, podemos citar que, um ano após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha aprovou uma lei que protege os *Kleingärten*, garantindo taxas de arrendamento justas. De igual modo, na época da Berlim dividida em setores de ocupação, a cidade contava com associações nos dois lados do muro, erguido a partir de agosto de 1961.

A tradição de 200 anos já foi adotada por todos os países de língua alemã, e agora existem milhares de áreas com pequenos lotes de hortas nas cidades da Alemanha, Áustria e Suíça. Além de tudo, essa territorialização da cidade por seus habitantes, cria e fortalece laços comunitários e solidários, fazendo da cidade uma comunidade de convivência. Essas iniciativas, que parecem pequenas e locais num primeiro momento, ultrapassam a prática do cultivo e criam

representações para uma nova mentalidade na relação com o espaço urbano e seus ocupantes. Embora seja importante, não se trata apenas da questão alimentar, e sim da ação coletiva em dar novo uso ao espaço de forma coletiva. E por mais que essas e outras iniciativas similares não promovam, nem também pretendam, transformar radicalmente a sociedade, acabam por criar uma cartografia mínima de uma cidade por vir, mais democrática e participativa.

Em se tratando de cidade, podemos destacar essa prática em Berlim. A capital alemã exerce um importante papel no cenário europeu, sendo considerada uma metrópole cultural, acolhedora e aberta às influências internacionais. Trata-se, portanto, de uma cidade historicamente atrativa e que vem buscando integrar seus novos moradores. Contudo, se observarmos sua trajetória, percebemos que enfrentou os mesmos problemas de outras cidades, como o desemprego e aumento da pobreza urbana. Além disso, é preciso destacar que Berlim passou por duas guerras, foi dividida no pós-guerra e sendo ainda palco de uma ampla reestruturação social e política.

A questão a se colocar é: como uma cidade populosa e em constante transformação pode abarcar práticas “consideradas arcaicas”, como é o caso das práticas agrícolas? Não se trata de discutir tais conceitos, de urbano e rural, mas antes buscar compreender de que formas as populações que ocupam as cidades buscam moldá-las conforme seus interesses e necessidades. De acordo com João Rua, ao estudarmos as relações entre urbano e rural, aceitamos a ideia de que estes se mesclam, sem perder a identidade, hibridizando-se como ruralidades no urbano, e vice e versa (RUA, 2006, p. 348).

A industrialização, acompanhada da urbanização, causou grandes impactos ambientais nas cidades em que se processou com maior intensidade. Mudanças foram operadas na paisagem, novas construções passam a ocupar os espaços de natureza, convém ressaltar, no entanto, que eles também foram e são verificados em meios ambientes afastados das cidades, em decorrência da construção de grandes empreendimentos de engenharia, da exploração mineral, da construção de ferrovias e rodovias, sempre motivadas pela própria industrialização. Nas cidades, a poluição do ar, das águas, o aumento dos resíduos sólidos e outras alterações começam a causar problemas, chamando a atenção de teóricos e higienistas sobre os males causados tanto no ambiente natural, quanto da população (COSTA, 2013, p. 52).

As consequências da industrialização e da urbanização no físico e na psique dos indivíduos foram, por muitas vezes, devastadoras. As classes trabalhadoras, mas não apenas elas, estavam ameaçadas por mortalidade prematura, morbidade, doenças epidêmicas, incapacidade física, entre outros problemas. Nesse cenário, alguns médicos e sanitaristas chamam a atenção para os malefícios resultantes do ritmo citadino industrial. Para eles a existência da sociedade parecia estar em grande perigo, o que demandava uma reconexão com a natureza (GÜNTHER, 2013, p. 11).

As práticas agrícolas desenvolvidas em meio urbano por meio dos *Kleingärten* e suas lógicas, enquanto objeto de investigação histórica, permitem-nos visualizar de que maneiras o espaço urbano permite ressignificações de acordo com as necessidades humanas em diferentes períodos. Tal perspectiva deve-se, especialmente, ao fato de os *Kleingärten* assumirem significativo papel não apenas na preservação de práticas, mas igualmente por servir como ferramenta de uma educação voltada ao contato com a natureza e, de sua importância e do entendimento de seus mecanismos. Com isso, embora o conceito de educação ambiental tenha surgido no século XX, no contexto aqui apresentado é possível

observar diversas práticas educativas que exaltavam a necessidade de se entender a importância dos espaços de cultivo, sendo esses igualmente considerados como fonte de alimentos em períodos de escassez e como espaço diferenciado de sociabilidade, integrando cidade e natureza. Sobre esse último aspecto, podemos pensar que a natureza, por constituir um ecossistema global, inclui, igualmente no seu seio, as cidades, em suas múltiplas formas e dimensões.

A história das práticas agrícolas em meio urbano na Alemanha remonta ao século XIX, surgindo em parte como resposta às medidas impulsionadas pelo movimento higienista que objetivava proporcionar melhores condições de habitabilidade nas cidades em processo de industrialização. Os graves problemas sociais do início do capitalismo industrial, as desastrosas condições de vida e trabalho, geradas pela formação e crescimento dos núcleos urbanos e pela necessidade cada vez maior de expandir o capital industrial, a custo da exploração da força de trabalho e da pobreza, trouxeram como resultado diversas reações na Europa. Por isso, é possível destacar reações que vão desde as revoltas e movimentos libertários até o desenvolvimento de teorias nos diferentes campos da ciência.

Foi nessa conjuntura que surgiram, na Alemanha, as primeiras formas de ocupação de espaços urbanos com atividades de agricultura, em consonância com amplos debates médico sanitários e do mesmo modo com a renovação de propostas pedagógicas, como veremos. Soma-se a isso a relevante presença de diversos movimentos que passam a se organizar e defender a retomada de antigos hábitos, sendo o principal o de proporcionar o contato frequente dos humanos com a natureza. Assim, a primeira forma estabelecida de hortas na cidade industrial é atribuída às ideias defendidas pelo médico Moritz Schreber na cidade de Leipzig, no estado da Saxônia. Schreber propôs a criação de espaços de jogos para as crianças, onde poderiam ter contato com a natureza, prática cada vez mais impossibilitada pelo contexto urbano que se desenhava. Percebe-se ainda que suas ideias estavam em conformidade com os ideais de um movimento que ficou conhecido como *Lebensreform* (reforma da vida), do qual é considerado um dos destacados teóricos e difusores (BARLÖSIUS, 1997, p. 38).

De acordo com Eva Barlösius (1997, p. 38), a *Lebensreform* configura-se num termo genérico que engloba vários movimentos de reforma social que começaram em meados do século XIX, especialmente na Alemanha e na Suíça. As principais características da *Lebensreform* foram a crítica da industrialização, ou materialismo, e urbanização e uma busca pelo estado da natureza. Barlösius ressalta ainda que fora um movimento predominantemente burguês, em que muitas mulheres participaram. Além disso, algumas áreas do movimento, como a naturopatia ou o vegetarianismo, foram organizados em clubes e experimentaram um influxo animado, o que se refletiu no número de membros (BARLÖSIUS, 1997, p. 39). Conforme argumento dos teóricos³ associados ao *Lebensreform* e ao *Naturheilmovement* (Movimento Naturopata) entendia-se que o humano em seu estado natural é saudável, contudo, as doenças resultam da desobediência às leis da natureza. Entendiam, ainda, que as influências negativas resultam na alienação e afastamento dos humanos do modo natural de vida. Esse afastamento da natureza inevitavelmente resultava em sérios danos à saúde e a uma crescente depravação da moral. Acreditavam, portanto, no que chamavam de retomada do "modo natural de

³ Uma apresentação interessante sobre os teóricos do movimento está em: GÜNTHER, Reiner. *Die Naturheilmovement und ihre Kleingärtenanlagen in Sachsen*. Deutsches Kleingärtnermuseum, Leipzig, 2013.

vida", regressando a uma vida simples. As primeiras abordagens à reforma podem ser encontradas no campo da medicina higienista.

Outra direção desses movimentos, conforme Krasny (2012, p. 15), exigia reformas sociopolíticas, que incluíam o estabelecimento de sociedades de terra, associações de mulheres e de conservação da natureza. Compreende-se, com isso, a inserção do movimento *Schrebergärten* com esses discursos, que igualmente enfatizavam a necessidade de reforma agrária com vistas a ampliar o acesso das pessoas a essas práticas saudáveis e fundamentais. Schreber, inclusive, é considerado como um dos teóricos precursores da *Lebensreform*.

Assim, atrelada aos preceitos da *Lebensreform* e atendendo aos pedidos da comunidade, a inauguração oficial de uma praça que ficou conhecida como *Schreberplatz* (Praça de Schreber) ocorreu em 25 de maio de 1865. No início, havia apenas uma grande área de grama sem sombras, sem árvores e arbustos, onde as crianças podiam brincar sob a supervisão dos membros do clube. No final de 1868, o pedagogo Heinrich Karl Gesell, que supervisionava as atividades no espaço, sugere ao conselho da associação a implantação de hortas para as crianças, com intuito de ensinar noções de horticultura e botânica como parte do programa que ali vinha sendo desenvolvido. A ideia era colocar os canteiros nas áreas circundantes ao local de atividades físicas, a fim de “animar a praça”.

Conforme nos informa o *Jahresbericht 1868* (relatório anual de 1868) da associação, ficou finalmente acordada a implantação de canteiros, que ficaram conhecidos como *Kinderbeete* (canteiros das crianças). No entanto, o uso dos canteiros não ficou limitado às crianças, tendo do mesmo modo seus pais engajando-se em cultivar nesses variadas hortaliças e flores (JAHRESBERICHT, 1868). Com a intensificação da participação dos pais, logo se optou em cercar a área e demarcar os canteiros, que passaram então a denominar-se como *Familienbeete* (canteiros da família).

Transformou-se, então, a praça que fora projetada para uso das crianças e jovens, em um espaço para as famílias que passam a empregar ali seus conhecimentos de agricultura e jardinagem. Aqui temos o princípio do modelo de agricultura urbana em lotes arrendados que ficou largamente conhecido como *Schrebergärten* (hortas de Schreber). O que começou como um pequeno clube nos subúrbios ocidentais de Leipzig logo ganha projeção e entusiastas que, inspirados, buscam replicar o modelo em toda a Alemanha. A premissa permaneceu com o mesmo objetivo da partida: em tempos de grandes mudanças urbanas e sociais, buscava-se oferecer às crianças e à juventude oportunidades de convívio social para transmitir valores, estimular a imaginação e promover as atividades físicas supervisionadas e direcionadas.



Figura: Representação da iniciativa de hortas para as crianças.
Representation of the garden initiative for children.

Fonte: *Deutsches Kleingärtnermuseum Leipzig*

Para Krasny (2012, p. 15), os espaços de cultivo urbano representam uma forma de organização cívica que identifica um ponto de fuga histórica do início do *Hands-on Urbanism*, que estava sob o choque das mudanças da industrialização e das pressões pela modernização da cidade. Os que atenderam ao chamado do movimento de agricultura urbana formularam seus direitos à natureza nas cidades, ativando suas próprias possibilidades para perceber isso, sem por isso esquecer a função da cidade. Os agricultores urbanos, na visão da autora, buscaram na autodeterminação e, muitas vezes, em uma organização informal, a busca de suas necessidades de alimentação e até de moradia. Para a autora, o urbanismo prático, o urbanismo de baixo para cima e a urbanização irregular não são exceção à regra. Desde o início da industrialização, primeiro na Europa e na América do Norte e depois no hemisfério sul, até a cidade global neoliberal, a história do desenvolvimento urbano se desdobra como uma sequência de situações críticas. Horticultura e práticas de agricultura em assentamento informal são indicativas dessas crises. Criando raízes a partir de ações da população, essas práticas auto-organizadas configuram-se como agências de mudanças dinâmicas e inspiradoras (KRASNY, 2012, p. 18).

Os espaços de cultivo agrícola em Berlim: intensificação urbana e o lugar da natureza na cidade

Em Berlim, o cenário industrial não difere do que ocorrera com outros espaços, assim como a situação em Leipzig e na Saxônia apontadas anteriormente. Os problemas urbanos davam o tom e conferiam a cidade desafios com relação a sua população e a sua modernização. Nesse sentido, a intensificação urbana da cidade veio acompanhada de resistências, reivindicações diversas e a necessidade de ponderar e traçar uma estratégia para que todas as classes se vissem atendidas pelo urbanismo. A resistência cidadina às práticas rurais não é algo que fica circunscrito ao século

XIX. Mesmo nos debates e projetos atuais que buscam trazer aos espaços urbanos a agricultura, é bastante comum toda uma gama de contrariedades, tanto populacionais como governamentais. Na opinião de Luc Mougeot (2000, p. 2) mesmo que a agricultura urbana esteja desenvolvendo sua capacidade para ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento, ela é estimulada por uma complexa rede de fatores ainda não muito claramente entendidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar ocupam lugares preponderantes.

Entre as diversas manifestações e debates historiográficos sobre a Alemanha e especialmente sobre sua capital Berlim, destacam-se sobretudo aquelas sobre as duas grandes guerras e suas consequências. De modo geral, as análises tratam da ascensão do nazismo e da catástrofe resultante de seu avanço tanto na Alemanha como na Europa. Conforme destaca Richard Bessel (2010, p. 17) o principal foco esteve em explicar como um país desenvolvido e culto pode abrir mão de valores democráticos e civilizados e seguir no caminho que levou a conflitos brutais de pilhagem e violência racista, desencadeando a morte e penúria. Ou seja, a preocupação em explicar como aquela sociedade mergulhou no abismo da tirania, da violência e da guerra muitas vezes deixa de lado parte importante dessa trajetória, pois tão importante quanto compreender como tudo isso ocorreu é como se superou, e ainda se supera, todo esse passado.

Atualmente Berlim conta com uma população de aproximadamente 3,6 milhões de pessoas, sendo a maior cidade do país e a segunda cidade mais populosa da União Europeia. Situada no nordeste da Alemanha, é o centro da área metropolitana de Berlim-Brandemburgo, que inclui 5 milhões de pessoas de mais de 190 nações, o que lhe confere grande diversidade cultural e social. Em termos morfológicos, importante detalhe quando queremos considerar os aspectos ambientais, a cidade está localizada em uma área de planície. Somado a isso, Berlim é influenciada por um clima temperado sazonal e cerca de um terço da sua área composta por florestas, parques, jardins, rios e lagos. Tal aspecto merece destaque, uma vez que faz de Berlim uma *Grüne Stadt* (cidade verde) (BMVBS, 2009).

Walter Reinhold, que fora um dos dirigentes da associação que se formou em torno dos *Berliner Laubenkolonisten* (colonos de abrigos ou colonos urbanos de Berlim), que ficou conhecida como *Laubenkolonie* (colônia de abrigos), nos fornece algumas informações interessantes do ponto de vista da paisagem da cidade naquele momento. De acordo com o autor, a capital Berlim, com seus 88 mil hectares e 4,15 milhões de habitantes, tem seu primeiro grande impulso para o desenvolvimento como cidade cosmopolita em 1861, crescendo também em território por conta da incorporação de cidades próximas, passando de antigos 3.510 hectares para 5.920 hectares. Muitas dessas novas áreas possuíam característica rural e logo passam a ser ocupadas por moradias improvisadas e pelo uso da terra para agricultura de subsistência.

No entanto, conforme Reinhold (1996, p. 126), mesmo as áreas mais próximas ao centro, que vinham passando pela estruturação urbana com a implantação de linhas férreas e novas construções, conferiam à cidade uma paisagem rural pela permanência de cultivos. No caso das *Laubenkolonie*, as famílias envolvidas realizavam uma agricultura de modo mais improvisado, coletando frutos nas áreas comuns, estabelecendo um trabalho comunitário mesmo que houvesse a separação em lotes. As terras utilizadas eram de pousio e sem uso por parte dos proprietários. Alguns

autores, como Karin Sahn (2001, p. 9), falam ainda de terras abandonadas que eram ocupadas por trabalhadores, de forma irregular. As terras poderiam ser tanto de particulares quanto pertencentes ao estado ou à igreja.

As *Lauberkolonie*, que se chamavam assim por conta dos pequenos abrigos que eram construídos para moradia improvisada dos novos habitantes da cidade, foram, na maioria dos relatos, descritas como uma alternativa à administração da cidade, que era excludente e vinha fechando seus olhos com relação àqueles que não possuíam meios de pagar para viver na cidade em crescimento. Entende-se esses locais como um espaço com autogoverno, que, muitas vezes, mostrava-se mais eficiente que os elementos oficiais. Com isso, seus moradores criavam seus meios de prover-se de alimentos e ainda buscavam na coletividade e no compartilhamento sanar outras necessidades como construir suas próprias ruas e demais obras de estrutura, além daquelas utilidades comunitárias, como um fogão e uma fonte de água. Relatos como esses nos permitem vislumbrar aspectos da vivência cotidiana nessas colônias de cultivos, trazendo elementos que já não eram tão comuns de observar-se nos espaços urbanizados. Talvez a palavra resistência se encaixe aqui, especialmente se considerarmos todos esses elementos conjuntamente com aspectos de ruralidade que persistiam mesmo com o avanço da cidade.



Figura: *Lauberkolonie* em Berlim, início do séc. XX.

Lauberkolonie in Berlin, early 19th century. XX.

Fonte: SAHN, Karin. *100 Jahre Berliner Lauberkolonisten – Die Anfänge*. Leipzig: DKM, 2001. p.6.

Outro tipo de manifestação de espaços ocupados com cultivos agrícolas em meio à cidade de Berlim foram os chamados *Arbeitengärten* (Hortas dos Trabalhadores). Enquanto as parcelas das *Lauberkolonie* voltaram-se a um movimento de "baixo", tendo surgido para suprir a demanda por moradias, os primeiros *Arbeitergärten* estabelecidos na cidade são considerados como uma iniciativa de "cima". Sobre isso, Sahn (2001, p. 16) aponta que essas associações de loteamento, iniciadas pelos círculos burgueses e monarquistas de Berlim, tornaram-se financeiramente privilegiadas

e receberam doações de terras privadas e do Ministério da Agricultura da Prússia. A contribuição cobrada para uso dos lotes era simbólica realmente, apenas um centavo por membro, por ano, e a associação arrendava anualmente cerca de 4 a 6 marcos com um lote de cerca de 250 a 350 m².

No contexto da Primeira Guerra Mundial, as terras ociosas não utilizadas foram confiscadas devido à extrema escassez de alimentos, de modo que frutas e vegetais adicionais pudessem ser cultivados sob o controle do Estado. Somado a isso, a escassez levou a uma maior aceitação das *Laubenkolonie* em Berlim. Além disso, o momento de crise causado pela guerra possibilitou uma aliança entre as associações da *Laubenkolonie* e os *Arbeitergärten* da Cruz Vermelha (SAHN, 2001). Pela primeira vez, portanto, houve uma cooperação direta entre as duas organizações no interesse da causa comum. Através dessa aliança, terras foram alugadas por um valor simbólico, ou simplesmente cedidas pelos proprietários para que fossem loteadas e servissem a uma parte da população devido à situação de fome e guerra. Em Berlim, o ponto fundamental das ações estava assentado na promoção de acesso às terras de pousio agrícola nos arredores de sua área central ou terrenos ociosos em geral. Primordialmente a direção dos discursos das associações eram de que os desempregados, que, inicialmente, não podiam pagar o aluguel de uma moradia com terreno, deveriam pelo menos ter terras baratas para o cultivo de alimentos. Nesse aspecto, Elisabeth Meyer-Renschhausen (2012, p. 49) aponta para o fato de que, nesse cenário de provimento de terrenos, havia a intenção de priorizar as mulheres, já que, segundo ela, de 60 a 70% da população necessitada era feminina.

Assim, o histórico da cidade de Berlim tem muito a nos dizer sobre sua atualidade, e alguns estudiosos destacam sua composição peculiar, considerando-a como resultado de uma multidão de partes que era fracionada. De acordo com Brunn e Briesen (1993, p. 38), Berlim “constituía-se de um arquipélago de cidades separadas segundo as classes sociais, tanto na realidade quanto na consciência de seus habitantes”. Tamanha diversidade resultava em uma cidade onde existiam ainda aldeias nas quais se praticava a agricultura, suntuosos bairros residenciais e localidades autônomas, que possuíam suas peculiaridades e reuniam centenas de milhares de habitantes.

No pós-guerra, a paisagem urbana, especialmente das periferias de Berlim, tem-se uma intensificação das áreas de cultivo, agora sendo incentivadas e balizadas pela legislação. Nesse sentido, não raro encontramos nos arquivos alemães imagens relativas a esses espaços, onde os fotógrafos do período buscam registrar a dimensão ocupada pelos cultivos ou ainda as sociabilidades que ali tinham lugar entre os horticultores. Imagens de organização e do envolvimento nas atividades de cultivo são destaque, evidenciando o aspecto rural ainda existente nos arredores de Berlim.



Figura: Hortas próximas ao Portão de Brandenburgo em Berlin, 1946.

Gardens near the Brandenburg Gate in Berlin, 1946.

Fonte: *Landesarchiv Berlin*

De modo geral, ao lançarmos o olhar sobre as ações e políticas empreendidas especialmente no período pós Segunda Guerra e sobre as formas como o lado ocidental e o lado oriental atuaram no sentido de garantir a continuidade dos espaços de cultivo urbano, percebemos que as hortas urbanas foram usadas como complemento ao racionamento, e como refúgio do bombardeio. Sabe-se que, em diferentes crises históricas, as cidades desenvolveram programas extensivos de agricultura urbana para garantir o suprimento de seus habitantes. Embora o sentido das hortas e jardins urbanos tenha variado ao longo da história, e seus usuários, organização e funções sejam diferentes, eles sempre foram um elemento fundamental nas estratégias de resiliência urbana.

Assim, os espaços de cultivo que, posteriormente, foram uniformemente nomeados como *Kleingärten*, também foram usados como instrumentos de controle social e modificação de hábitos e estilos de vida, foram regulados fortemente para evitar que pudessem proporcionar autonomia excessiva aos seus beneficiários. Na primeira metade do século XX, coincidindo com as guerras mundiais, as hortas urbanas adquiriram um caráter patriótico e de subsistência, sustentando a economia da guerra e aumentando o moral da população. As cidades tiveram de produzir seus alimentos, e eles organizaram a maximização dos recursos disponíveis, ocuparam todos os espaços livres e amplos programas de treinamento foram implantados na agricultura, na utilização de resíduos e conservação de alimentos.

Outro aspecto importante de se destacar está na relação estabelecida - aqui destacada no contexto soviético da ocupação aliada - entre as cidades e as experiências de subsistência e fornecimento alimentar. Após a Segunda Guerra Mundial, as cidades sob o domínio das forças aliadas (Estados Unidos, França e Grã-Bretanha), ao invés de valorizarem essas experiências fundamentais para sua subsistência, iniciam uma reconstrução que não deixava espaço para atividades produtivas desse tipo. O modelo será baseado novamente no transporte de longa distância de alimentos, um

modelo que aumentará até nossos dias quando atinge uma escala global. Contudo, no contexto da divisão do território alemão entre os aliados (lado ocidental) e os soviéticos (lado oriental), esse último passa a incentivar os pequenos espaços de cultivo, sendo com isso possível observar-se o estabelecimento de um circuito curto de abastecimento.

Por meio da trajetória dos espaços de agricultura urbana na história da Alemanha, torna-se possível refletir sobre de que forma todos os aspectos agregados na constituição dessas práticas permaneceram fundamentais ou não para a atualidade do movimento de horticultura urbana. Sobre isso, podemos partir da análise de Morán (2010, p. 103) que chama atenção para a importância que deve ser atribuída ao papel histórico desempenhado pelas hortas urbanas, principalmente como uma resposta urgente ao colapso, mas que sem ter que chegar a esse ponto, poderiam ser parte de uma estratégia mais ampla que busca reverter a insustentabilidade do modelo. Para tanto, a cidade deve ser considerada a partir de uma perspectiva sistêmica, levando em consideração os ciclos do metabolismo urbano, o contexto territorial e os processos culturais e identitários das sociedades que os habitam. E ainda, deve atender a esses processos não isoladamente, mas levando em conta as relações e sinergias que ocorrem entre eles, como a única maneira de efetivamente afetar uma regeneração urbana ecológica, que deve ser a próxima grande revolução urbana. Com isso, o modo como os *Kleingärten* se desenvolveram na Alemanha chamam a atenção para as interações entre as sociedades e o espaço urbano.

Considerações finais

Acerca do que apresentamos aqui, podemos entender o surgimento dos espaços de cultivo nas cidades como uma resistência à urbanização, mas igualmente como uma busca por sociabilidades e contato com a natureza. A sua trajetória histórica aponta para diversos motivos de seu surgimento e de sua ampliação nas cidades alemãs, sobretudo nos contextos de escassez alimentar. Com isso, a cidade tornou-se campo de observação dos estudiosos do meio ambiente, conferindo a esse campo de pesquisas novas possibilidades. Nos últimos anos, as práticas de agricultura vêm adquirindo novos significados em meio ao contínuo crescimento urbano. Com isso, podemos citar a perspectiva de Harvey (2014), que atenta para o fato de que, nas últimas décadas, a ideia de direito à cidade ressurgiu com força e desenvolveu-se nas lutas dos movimentos sociais, muito como resposta de uma necessidade inerente dessas práticas que nascem nas ruas, bairros e praças. Lutas essas que reforçam o argumento de Harvey de que o urbano é o espaço da segregação e dominação, mas também do encontro, da simultaneidade e da reunião. Nesse sentido, podemos compreender o desenvolvimento urbano para além de um simples reflexo da economia capitalista, uma vez que podemos detectar diversos movimentos urbanos que lutam para superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela apresente uma imagem social diferente daquela atribuída por empreiteiros apoiados pelas finanças. E nesse conjunto, certamente, inserem-se os sujeitos que aqui adquiriram destaque na constituição dos espaços de cultivo urbano na Alemanha.

As diversas manifestações de agricultura urbana nas cidades colocam em destaque a necessidade de debates sobre por que motivos, durante muito tempo e em diferentes correntes de discursos, práticas de agricultura foram

denominadas como estranhas ou não adequadas ao ambiente urbano. No caso de Berlim, observam-se os espaços ocupados pelas diversas associações de hortas como componente da paisagem naturalizados e que movimentam um significativo número de pessoas, eventos, economia local de jardinagem, estudiosos e pesquisadores de diversas áreas, práticas de educação ambiental, entre outras coisas. Esses espaços nos ajudam a entender a cidade, mostrando potencialidades na relação entre rural e urbano uma vez que nos mostram que podem coexistir e complementarem-se em benefício dos cidadãos. A agricultura urbana também serve para melhorar a paisagem das cidades. Espaços verdes sempre aparecem como um dos primeiros indicadores de qualidade de vida em ambientes urbanos, fornecem respostas a problemas climáticos e fornecem soluções para a sustentabilidade.

Na atual conjuntura em que vivemos, facilmente percebemos que a natureza, de certo modo, “luta” para fazer parte das cidades. Pensar na geografia das cidades pela natureza presente nela nos remete a problematizar a própria constituição histórica desta cidade. Possibilita-nos ainda refletir acerca da importância que espaços de natureza adquirem hoje, quando tem sido cada vez mais discutida a possibilidade e necessidade de sua ampliação nos espaços urbanos. Observa-se que se vem popularizado uma maneira biológica de ver o mundo, especialmente pensando as ocupações humanas. O que fica evidenciado no olhar “natureza e cidade” é a existência de tentativas de trazer ao urbano os aspectos positivos e necessários à boa saúde, e que eram tidos como elementos facilmente encontrados nos espaços rurais.

A situação contemporânea coloca novamente às cidades o desafio da subsistência, nesse caso enfrentamos uma crise energética, ecológica e econômica em escala global. As alterações climáticas, o pico petrolífero, o colapso do sistema financeiro, as crises alimentares e outros aspectos tornam urgente repensar o sistema econômico, os valores da sociedade, os estilos de vida e o sistema espacial que reflete tudo isso: infraestruturas de transporte, modelo urbano e gestão territorial. Em meio aos debates atuais, portanto, torna-se necessário um olhar histórico para as formas de ocupação urbana que resistem por meio de práticas agrícolas, considerando aqui a fala de Harvey de que “o poder de organizar o espaço se origina de um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais” (HARVEY, 2006, p.169), e por meio da ocupação das cidades com cultivos agrícolas, um conjunto de atores define os usos e estabelece novas relações com o espaço.

A partir disso fica evidente que constituição dos ambientes urbanos de práticas agrícolas possuem históricos que foram sendo enriquecidos e melhor compreendidos à medida que se transformou a concepção de cidade e de usos de seus espaços. Nesse sentido, estudiosos e teóricos partem da premissa de que as transformações urbanas adquirem diferentes objetivos e explicam as funções que cada forma de cidade adquire com o passar dos anos. Buscar compreender tais transformações à luz da iminência da industrialização e mesmo do aumento populacional ainda é um debate necessário, uma vez que, conforme a “lente”, o historiador pode elucidar formas de vivenciar o espaço urbano que à primeira vista não estão dadas.

Os debates que hoje apontam para a emergência da agricultura urbana estão, de modo geral, atrelados às preocupações ecológicas, ambientais e de sustentabilidade de cidadãos. Na prática, a agricultura urbana vem desenvolvendo sua capacidade para ajudar a solucionar ou enfrentar diferentes desafios do desenvolvimento. Tal prática

é estimulada por uma complexa rede de fatores ainda não muito claramente entendidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar figuram como preponderantes. Apesar de nos países em desenvolvimento a prática agrícola exercida em meio urbano possuir uma função relevante para os respectivos habitantes, sobretudo devido à falta de políticas capazes de erradicar a fome e a má nutrição, nos anos mais recentes, a sua popularidade tem aumentado em inúmeras cidades de países desenvolvidos - nomeadamente Estados Unidos e Europa. São muitos os exemplos, históricos e recentes, sobre as interações entre sociedades nos espaços urbanos e a natureza existente nesses.

Por meio das práticas de agricultura urbana, diversas sociedades estabelecem de fato interações com o ambiente das cidades sendo, portanto, tal prática não apenas uma saída para as recessões econômicas e as crises políticas, bem como uma opção de sobrevivência em momentos de maior tensão social como os conflitos bélicos. Os aspectos negativos da vida urbana são exaltados em análises sobre a crescente urbanização e a esterilidade das cidades, bem como a identificação dos principais aspectos negativos dos ecossistemas urbanos representa, pois, um passo importante para a aplicação de medidas que conduzam a uma melhor gestão dos serviços ecológicos. Desse modo, a agricultura urbana, para além de apresentar uma função de produção de alimentos, permite o aumento da segurança alimentar e a obtenção de rendimentos, contribuindo ao mesmo tempo para um ambiente ecologicamente saudável.

Referências:

- BARLÖSIUS, Eva. *Naturgemäße Lebensführung. Zur Geschichte der Lebensreform um die Jahrhundertwende*. Campus, Frankfurt am Main 1997.
- BARRO S, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945: Da Guerra à Paz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRUNN, Gerhard; BRIESEN, Detlef. Um arquipélago hierarquizado. In: RICHARD, Lionel (org.) *Berlin, 1919-1933: a encarnação extrema da modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR VERKEHR, BAU UND STADTENTWICKLUNG. *Städtebauliche, soziale und ökologische Bedeutung des Kleingartenwesens*. Berlin: BMVBS, 2009.
- CARLOS, Ana Fani. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- COSTA, Maria C. L. O discurso higienista definindo a cidade. In: *Mercator. Fortaleza*. vol. 12, n. 29, p.51-67, set./dez., 2013.
- GRÖNING, Gert. Aspectos da cultura do jardim e do desenvolvimento dos espaços livres na Alemanha. In: *RAEGA: O espaço geográfico em análise*. Vol. 11, p. 143-170, 2006.
- GÜNTHER, Reine. *Die Naturheilmovement und ihre Kleingartenanlagen in Sachsen*. Leipzig: Deutsches Kleingärtnermuseum, 2013.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JAHESBERICHT. *Schreiberverein der Westvorstadt*. Sch.II-7, Blatt 25 (rückseite), 1868. Acervo Deutsches Kleingärtnermuseum, Leipzig.
- JORGE, Janes (org.). *Cidades Paulistas – Estudos de História Ambiental Urbana*. São Paulo: Alameda, 2015.
- KRASNY, Elke. *Hands-on Urbanism. Vom Recht auf Grün*. Wien: Turia Verlag, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- MORÁN, Nerea. Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral. *Revista Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. Nº 111, 2010, pp. 99-111.
- MOUGEOT, Luc. Urban agriculture: definition, presence and potentials and risks. In: *International Workshop: Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*, 1999, Havana-Cuba – a reader on urban

- agriculture. Feldafing-Germany: Zentralstelle für Ernährung und Landwirtschaft (ZEL), Food and Agriculture Development Center, 2000, p.1-42. (Ruaf Foudation: Growing Cities Growing Food- GCGF Tematic Paper 2).
- NILSEN, Micheline. *The Working Man's Green Space: Allotment Gardens in England, France, and Germany, 1870-1919*. Charlottesville: University of Virginia Press. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *Agricultura Urbana*. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/>. Sobre os levantamentos e publicações do *Worldwatch Institut* ver: <http://www.worldwatch.org/>. Acessados em 10.11.2017.
- ORTEGA SANTOS, Antonio. "Re-ecologizar lo urbano". *Agricultura Urbana e Historia Ambiental*. In: *Historia Contemporânea* 39, 2009, pp. 453-479.
- QUENET, Gregory, "*Nouvelles Approches: Histoire Urbaine*", Qu'est-ce que l'histoire environnementale? Seyssel: Champ Vallon, 2014, pp. 1-40.
- REINHOLD, Walter. Die Entwicklung des Berliner Kleingärtenwesens von seiner Entstehung bis 1921. In: KATSCH, Günter; WALZ, Johann. *Kleingärten und Kleingärtner im 19. und 20. Jahrhundert*. Leipzig: Bundesverband Deutscher Gartenfreunde, 1996.
- RENSCHHAUSEN, Elisabeth Meyer. Von der Kleinbäuerin zur Kleingärtnerin - Der Nutzgarten in der Hauswirtschaft in Mitteleuropa im 19. und 20. Jahrhundert. In: HUBENTHAL, Heidrum / SPITTHÖVER Maria (org.). *Frauen in der Geschichte der Gartenkultur*. Band 1. Universität Kassel, 2002.
- RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território. Revista de Geografia Agrária*, vol. 1, n.1, 2006.
- SAHN, Karin. *100 Jahre Berliner Laubenkolonisten – Die Anfänge*. Leipzig, DKM, 2001.
- STATISTA. *Global Business Data Platform*. Disponível em www.statista.com. Acessado em 21.04.2018.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – Na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

Submissão: 01/10/2019

Aceite: 10/12/2019